



Universidade de Brasília



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA EM SALA
DE ENSINO REGULAR**

VÂNIA MARIA DA SILVA TORTELLI PRESTES

ORIENTADORA: ELISÂNGELA DUARTE ALMEIDA MUNDIM

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



VÂNIA MARIA DA SILVA TORTELLI PRESTES

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA EM SALA
DE ENSINO REGULAR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da
Faculdade UAB/UNB - Pólo de Itapetininga.
Orientadora: Elisângela Duarte Almeida Mundim

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

VÂNIA MARIA DA SILVA TORTELLI PRESTES

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA EM SALA DE ENSINO REGULAR

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Elisângela Duarte Almeida Mundim
Orientador

Vasti Gonçalves de Paula Correia
Examinadora

Vânia Maria da Silva Tortelli Prestes
Cursista

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

“Dedico este trabalho a meu filho, por ter sido paciente quando a mamãe lhe dizia espera, estou fazendo trabalho da faculdade, pelo olhar de carinho que tinha comigo e até mesmo pelos momentos de cobrança que a mim dirigiu, por eu estar sempre frente ao computador. Dedico ainda a meu esposo, que foi alguém que me apoiou, me compreendeu e me incentivou a realizar mais este sonho.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar sabedoria, capacidade para aprender, vontade de sonhar e perseverança para ir atrás dos meus sonhos.

Agradeço a meu filho e meu esposo, que durante todo este tempo cederam parte de mim para que eu pudesse estudar pesquisar, aprender e participar deste curso. Agradeço-os pela compreensão, pelo apoio, pelo amor e por todos os momentos que estiveram ao meu lado, mesmo que em meu colo estivesse o computador aberto na página da universidade.

Em especial, a tutora Valécia Ferreira Gomes, que foi a amiga, incentivadora, mestre, que me conduziu durante grande parte deste curso, sendo, portanto responsável por boa parte de tudo que aprendi. Aproveito também, para agradecer aos colegas, com os quais aprendi muito na troca de experiência através dos fóruns.

Agradeço a professora Elisângela Mundim, que me orientou na elaboração desta pesquisa, com toda paciência e sabedoria que Deus a agraciou.

Enfim, a todos que como eu, sonham com uma Educação de melhor qualidade a TODOS!

RESUMO

PRESTES, Vânia Maria da Silva Tortelli Prestes. **A inclusão de alunos com Deficiência Múltipla em sala de ensino regular.** Monografia de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília: UAB/UnB, 2011.

Este trabalho de pesquisa investigou como ocorre a inclusão de alunos com deficiência múltipla no ensino regular, a dificuldade que os familiares e profissionais da educação enfrentam, no dia a dia ao lidarem com estas crianças que foram incluídas na rede regular de ensino. O trabalho inicia-se com a exposição do histórico de como eram vistas e tratadas às pessoas deficientes, conceituação de Deficiência Múltipla e suas possíveis causas, e, alguns pontos relevantes baseados em bibliografia sobre o tema. Num outro momento, relato a observação da problemática da própria criança que tem esta deficiência, no que se refere a comportamentos, avanços e dificuldades de adaptação e de aprendizagem por esta apresentadas, e, vividos também por seus familiares e docentes. Para finalizar procuramos conhecer e compreender melhor esse quadro pedagógico, que está presente em nossas salas de aula, que por inúmeras vezes, traz consigo situações muito difíceis de serem enfrentadas, limitações físicas, humanas, pedagógicas e até mesmo estruturais, a falta de apoio em todos os sentidos para que este tipo de inclusão ocorra com sucesso, o que faz com que em muitos casos resulte na exclusão do aluno, mesmo estando matriculado e freqüentando as aulas em sala regular de ensino. Utilizei-me da pesquisa qualitativa para fazer o apontamento sobre como ocorre o processo de inclusão, observando dois alunos incluídos em escola regular, entrevistei docentes e pais, além da pesquisa bibliográfica sobre o tema, feita através da leitura de diversos autores que escreveram sobre o assunto em questão.

Palavras-chaves: Alunos; Deficiência Múltipla; Inclusão; Sala de Ensino Regular.

SUMÁRIO

Resumo	6
Sumário	7
Apresentação	8
I - Fundamentação Teórica	11
1.1 – Conceituação de Deficiência Múltipla e suas possíveis causas.....	11
1.2 - Histórico do processo de inclusão social e trato de pessoas com deficiência no Brasil	12
1.3 – O processo de inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino no Brasil – Base Legal.....	14
1.4 – O papel da escola, família e docentes no processo de inclusão.....	17
1.5 – Inclusão: sucesso ou fracasso?.....	20
II Objetivos	28
2.1 – Objetivo Geral.....	28
1.2 – Objetivos Específicos.....	28
III - Metodologia	29
3.1 – Fundamentação Teórica da Metodologia.....	29
3.2 – Contexto da pesquisa.....	30
3.3 – Participantes.....	30
3.4 – Recursos materiais.....	32
3.5 – Instrumentos de Construção de Dados	32
3.6 – Procedimentos de Construção de Dados.....	33
3.7 – Procedimento de Análise de Dados	34
IV – Resultados e Discussões	35
4.1 – Inclusão escolar: desafios para uma prática pedagógica qualitativa.....	36
4.2 – Família e escola: uma parceria necessária para o sucesso da inclusão escolar.....	40
4.3 – Inclusão: Retratos de um processo em construção.....	45
4.4 – O aprender e o ensinar na escola inclusiva: um retrato real de suas condições.....	48
4.5 – Espaço escolar como ambiente favorecedor da qualidade do trabalho pedagógico	51
V - Considerações Finais	55
Referências	57

APRESENTAÇÃO

O presente estudo aborda os obstáculos encontrados no processo de inclusão de alunos com deficiência múltipla em sala regular de ensino, que são enfrentados pelo discente, docente e equipe escolar na busca de garantir ao aluno a socialização e construção de conhecimento.

Pretendo, portanto, pontuar o que vem a ser deficiência múltipla e suas possíveis causas, o papel da escola, família e docentes no processo de inclusão, enfatizando o embasamento legal que garante ao aluno e sua família o direito de freqüentar salas regulares, também de ter acesso a atendimento especializado quando necessário e quais estratégias são utilizadas pedagogicamente com este tipo de alunado, bem como sua eficácia na aprendizagem. Descreverei também, as reais condições oferecidas atualmente em escolas regulares, a infraestrutura disponibilizada e formação dos professores para trabalhar com a especificidade do aluno. Por fim, exemplificarei dois processos de inclusões que mesmo com as muitas dificuldades postas caminham para a obtenção do sucesso, salientando seus pontos relevantes, que vieram a colaborar para o bem estar do aluno em sala regular ou que por um motivo ou outro se configuram como ponto negativo neste tipo de inclusão, tornando se assim uma dificuldade.

Escolhi para embasar este estudo os autores KASSAR (1999), que nos leva a reflexão crítica sobre o percurso histórico de inclusões de pessoas com deficiência múltipla em sala de ensino regular no Brasil, bem como o tratamento dado a historicamente a estas pessoas em nosso país, SILVEIRA (2006), nos traz as concepções de pais e professores diante do processo de inclusão de deficientes múltiplos em rede regular de ensino. ARAÚJO, DUARTE e SILVA (2001) no artigo

“Inclusão escolar - roupa nova em corpo velho” alertando que a inclusão que esperamos apenas acontecerá com a mudança de atitude dos envolvidos no processo educativo, e que estes devem assumir responsabilidade na construção de

um modelo educacional que de fato atinja a todos, o que não é a realidade educacional atual. Utilizei também, de M.H. PATTO (1985) o livro “A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia” e o artigo “A Criança da escola pública: Deficiente, Diferente ou Mal Trabalhada?”, que traz a reflexão sobre as causas das desigualdades educacionais na sociedade brasileira e suas raízes históricas que acabaram por levar o aluno ao fracasso nos estudos. Ambas pontuam a estrutura oferecida aos alunos aos alunos com necessidades educacionais especiais que são incluídos em rede regular de ensino, bem como os resultados de uma inclusão feita às avessas, sem a estrutura mínima necessária, ou seja, tendo como efeito final, o fracasso escolar.

Organizarei a monografia em capítulos: Fundamentação Teórica, Metodologia, Construção de informações e Considerações Finais. O primeiro voltado à definição do que vem a ser Deficiência Múltipla, bem como suas possíveis causas e implicações na vida da pessoa que a possui. Abordarei o histórico de inclusões no Brasil, contando um pouco sobre como as pessoas deficientes eram tratadas, e, os avanços obtidos neste sentido, além de apontar o papel da escola, do professor e da família para que o processo de inclusão escolar deste tipo de alunado tenha sucesso. Farei referência também aos dispositivos legais que dão a garantia necessária aos pais da aceitação da matrícula do aluno, mas que infelizmente nem sempre são garantias de que o aluno aprenderá de fato ou terá um atendimento de qualidade, para isto utilizarei como embasamento legal o texto da “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, a Resolução nº 4/2009 do CNE, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, Decreto nº6.571 sobre atendimento educacional especializado, Lei 9394/96, Resoluções do CNE nº2/01 define diretrizes para Educação Especial na Educação Básica e nº 4/10 onde trata das diretrizes curriculares para a Educação Básica.

No segundo capítulo trarei a descrição das etapas que foram cumpridas para a construção deste trabalho acadêmico, bem como os instrumentos utilizados para este fim, onde o levantamento e a interpretação das informações produzidas a partir das observações dos alunos e das entrevistas com as mães e docentes dos

mesmos, são apresentados no terceiro capítulo, trabalho este embasado na epistemologia qualitativa.

No terceiro capítulo, trarei relatos e apontamentos sobre como se dá a inclusão de alunos com deficiência múltipla em salas regulares de ensino, as reais condições de aprendizagem oferecidas ao aluno que tem deficiência em escolas regulares e qual é a infraestrutura disponibilizada para que o trabalho pedagógico ocorra com qualidade ou não ocorra, fazendo uma análise reflexiva dos instrumentos de construção de informação utilizados.

Nas Considerações Finais, farei um panorama da qualidade de ensino oferecida a dois alunos deficientes múltiplos incluídos em escola regular, tendo o olhar investigativo, sobre a práxis docente com estes alunos, refletindo sobre:

- Qual a postura do professor ao receber o aluno com necessidade educacional especial?
- Qual a postura da gestão da escola ao receber o aluno com necessidade educacional especial, bem como a infraestrutura disponibilizada para isto?
- Quais investimentos financeiros são aplicados nas escolas de ensino regular que tem em sua clientela de estudantes alunos com deficiência múltipla, e, quem são os responsáveis pelo custeio financeiro?

Dessa forma, o problema que move este trabalho pretende verificar as facilidades e dificuldades enfrentadas tanto pelo aluno como pelos familiares, docentes e entidade escolar que recebe a criança com necessidade educacional especial, nas perspectivas de ensino, adaptações pedagógicas, estrutura física e formação do docente para atuar com esta especificidade.

I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 – Conceituação de Deficiência Múltipla e suas possíveis causas

Segundo o Decreto nº 3298 de 20/12/1999, em seu artigo 3º, parágrafo I, considera:

...Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano...

Trivialmente pode-se dizer que possui deficiência múltipla a pessoa que apresenta duas ou mais deficiências de base associadas, com possibilidade ampla de combinações, exemplos:

- > Deficiência intelectual associada à deficiência física;
- > Deficiência auditiva associada à deficiência intelectual e deficiência física;
- > Deficiência visual associada a paralisia cerebral.

Normalmente o indivíduo com deficiência múltipla tem comprometimentos significativos que acarretam atrasos em seu desenvolvimento global, ou seja, desenvolvimento educacional, vocacional, social, emocional, dificultando sua auto-suficiência. Este é um diagnóstico que não deve ater-se apenas ao fato da pessoa possuir duas deficiências ao mesmo tempo, mas sim da observância da necessidade de dois atendimentos especializados.

Várias hipóteses podem ser apontadas como causas da deficiência múltipla, sendo importante o diagnóstico precoce para que se estabeleçam as medidas que poderão amenizar a situação, em parceria com todos os envolvidos, familiares, médicos, equipe terapêutica, enfim, para melhor atender a criança.

No período intra-uterino pode ser identificada durante a gestação, devido a algum problema no período de formação do bebê ainda no ventre de sua mãe, que tem sua origem orgânica ou devido a históricos familiares. Acredita-se também em causas posteriores ao parto, traumas sofridos pela criança ou acidente na idade pré-escolar que acabaram por deixar seqüelas graves.

Dentre as principais causas, podemos citar: falta de oxigênio, Sarampo, Traumatismos, Glaucoma, Medicação Teratogênica, Toxoplasmose, Prematuridade, Meningite, Hidro e Microcefalia, Fator Rh, Caxumba, Rubéola Materna, Sífilis Congênita, Catarata, Infecções Hospitalares, Doenças Venéreas, falta de saneamento básico, gravidez de risco e casamentos consangüíneos.

Vale ressaltar, portanto, a importância de avaliações médicas o quanto antes e em muitas situações o relato fidedigno da família, para que o diagnóstico possa ser o mais correto possível.

1.2 – Histórico do processo de inclusão social e trato de pessoas com deficiência no Brasil.

Durante muitos e muitos anos as pessoas com deficiência em geral eram tratadas como seres malignos, aberrações, castigo divino entre outras coisas que fizeram com que muitos fossem exterminados, ou, deixados a mercê do destino até chegarem à morte.

De acordo com GLAT:

Tradicionalmente o atendimento aos portadores de deficiência era realizado de natureza custodial e assistencialista. Baseado em um modelo médico, a deficiência era vista como uma doença crônica e o deficiente como um ser inválido e incapaz, que pouco poderia contribuir para a sociedade. (GLAT, 1998, p.11)

Partindo deste princípio, os deficientes eram, portanto separados do restante da sociedade, ou seja, segregados e privados da convivência social, de fazer parte do mundo, sendo de total responsabilidade dos familiares.

Na antiguidade a deficiência era vista como sinal da presença de demônios na pessoa um castigo para a família. Foi também utilizado pela igreja Católica, que justificava a deficiência como desobediência ao clero, ou, pagamento de algum pecado grave. O corpo nesta época era visto como templo divino, e, um templo imperfeito não serviria para acolher Deus. Isto nos faz entender o porquê dos horrores da segregação praticados nesta época, o estigma, a fogueira da inquisição onde muitos deficientes foram eliminados sendo queimados porque possuíam demônios, e, a queima purificaria suas almas.

A partir do século XVI, a visão teológica da deficiência perde suas forças, abrindo espaço para que seja vista como objeto da medicina, porém ainda concebida como orgânica e inata, os excepcionais eram tidos ainda como perigosos, restando-lhes o isolamento.

Durante o Renascimento, começaram por parte de alguns médicos, objeções quanto aos maus tratos de que eram vítimas os “possessos” (deficientes).

Com o passar do tempo e devido à influência de pessoas ligadas a medicina, que buscaram conhecer as causas biológicas da deficiência mental, começa-se a ter um novo olhar às pessoas com deficiência, passando esta a ser de cunho biológico, e, não mais religioso.

A partir de então, muitos estudos e muitas mudanças passaram a influenciar no modo de conceber a pessoa com deficiência que vieram a ter repercussões no âmbito social e educacional.

O atendimento a pessoas com deficiência no Brasil começa, propriamente, à época do Império, com a fundação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, e o Instituto dos Surdos-Mudos (Atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES), 1856. (KASSAR, 1999, p.18)

Se analisarmos as mudanças que aconteceram, até mesmo na forma de nomear as pessoas deficientes, já que outrora se usavam termos que chegam a nos causar certa repulsa, mas que em outras épocas foram usados para apontar aqueles que possuíam alguma deficiência, termos estes que eram fortemente influenciado pela época vivenciada, pelo regime adotado ou pela política educacional em cenário,

cito entre os muitos utilizados: retardado, diferente, burro, débil, tolo, deficiente, portador de necessidade, anormal, entre outros.

Atualmente não temos o atendimento que se espera, nem mesmo a visão que sonhamos de igualdade e direitos iguais, ainda não atingimos os patamares do preconceito zero, onde as pessoas “ditas normais” olhem para as pessoas com deficiência sem os olhos do preconceito e estigmatizados, no entanto, há de se concordar que os avanços históricos foram grandiosos, e, a cada dia avançamos mais e mais, e, certamente com o passar dos anos chegaremos à sociedade inclusiva de fato, mesmo que isto aconteça a passos curtos e lentos.

1.3 – O processo de inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino no Brasil – Base Legal.

Ao analisar o processo de inclusão de deficientes na sociedade podemos perceber que não foi algo rápido, muito menos simples ou de fácil aplicação, o que não foi diferente quando tratamos da inclusão no âmbito educativo.

A inclusão escolar da pessoa com necessidades educacionais especiais vem ganhando espaço de relevância nos debates sobre educação da atualidade, onde se pontuam a importância da escola atender a todos, independentes de suas condições individuais

De acordo com a pesquisa realizada por SILVEIRA E NEVES (2006), evidenciam-se marcos históricos que vieram a influenciar na Educação Inclusiva de nosso país, desse modo podemos citar: A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990), aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos e ainda a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), Espanha em 1994.

Em se tratando do cenário nacional, houve a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), com destaque ao inciso III do Artigo 208, que traz como dever do Estado com a educação garantir

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988)

Esclarecendo ainda que este atendimento deve ser ministrado em igualdade de condições para acesso e permanência na escola, sendo de dever do Estado a garantia de vaga e da família a matrícula e frequência.

Além da necessidade de defender e assegurar o direito de todos à educação, tendo recebido “olhar” especial no Plano Decenal de Educação para todos, 1993 – 2003 (MEC, 1993) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1999).

De acordo com estes documentos, todas as crianças devem ser acolhidas pela escola independentes de suas condições físicas, sociais, emocionais (SILVEIRA; NEVES (2006).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), legislação que rege o ensino de nosso país, em seu capítulo V, artigo 58 traz a concepção de Educação Especial a ser adotada:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (LDBEN 9394/96)

Para corroborar com a LDB, o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica, na Resolução nº 2 de 11/09/2001 aponta:

Parágrafo único – O atendimento escolar desses alunos terá início na educação, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado. (Resolução nº 2 de 11/09/2010)

Quanto à matrícula no Artigo 2º da mesma resolução traz:

Os Sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando condições necessárias para uma educação de qualidade de qualidade para todos. (Resolução nº 2 de 11/09/2010)”

Com estas normatizações, as escolas regulares “abriram” as portas para o aluno com necessidade especial, no entanto, sem a estrutura necessária para dar um bom atendimento a estes, muitas vezes sem adaptações curriculares, sem adaptações físicas e sem preparo humano para desenvolver um trabalho digno e que estes alunos merecem.

São leis, pareceres, orientações, deliberações, instruções que na verdade regulamentam, mas que em nada garantem que o atendimento seja de qualidade e quem deverá custear a estrutura necessária para que isto ocorra.

Quando se fala de inclusão escolar de deficiente múltiplo, fica na grande maioria das vezes, nítido que este aluno possui necessidades educacionais mais acentuadas, e, a possibilidade de inclusão torna-se mais difícil, quando os familiares e profissionais da educação desconhecem os ganhos que isto poderá trazer a criança, e limitam-se a destacar apenas o lado difícil deste processo, sem pensar em seus benefícios. (SILVEIRA; NEVES, 2006)

É consenso que a pessoa com necessidades educacionais especiais se beneficia das interações sociais e da cultura na qual está inserida, sendo que essas interações, se desenvolvidas de maneira adequada, serão propulsoras de mediações e conflitos necessários ao desenvolvimento pleno do indivíduo e à construção dos processos mentais superiores (VYGOTSKY, 1989 apud, SILVEIRA; NEVES, 2006, p.69)

O mesmo autor já citado ressalta a importância da aprendizagem escolar como desenvolvimento, pontua ainda o papel do professor como mediador do processo de aquisição do conhecimento, formação de conceitos e desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Até o presente momento, algumas escolas cumprem a legislação, aceitam a matrícula do aluno, vedando os olhos para as demais conseqüências que esta matrícula pode vir a ocasionar tanto para o aluno, quanto para os envolvidos neste processo.

Dentre alguns documentos e leis que abordam as questões importantíssimas que envolvem a infância, a educação em geral e as necessidades especiais, destaco para o momento:

- A Declaração de Salamanca - Conferência Mundial de Educação Especial (Espanha, 1994) - documento das Nações Unidas, do qual o Brasil é signatário, e que fornece os princípios, políticas e práticas em educação especial.
- O Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069 de 13/07/1990 - ordenamento jurídico das responsabilidades da sociedade com a criança e com o adolescente.
- Parâmetros Curriculares Nacionais (Adaptações Curriculares) - MEC 1998 - fornece as estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais

Ressalto que garantir legalmente, ainda de nada vale, se o que o ser humano necessita é das reais condições para que tenha seu direito efetivado.

1.4 - O papel da escola, família e docentes no processo de inclusão

Atualmente o que se busca enquanto profissional da área de humanas, é uma sociedade mais justa e igualitária, que preze pelos direitos de todos independentemente de suas condições físicas, de saúde ou qualquer outro fator. Pensando nisto, buscamos para a Educação escolas inclusivas e que aceite o grande desafio posto para os dias atuais que é trabalhar a diversidade.

Como já citado outrora nesta pesquisa, todo e qualquer aluno tem o direito a se matricular no ensino regular, e é dever da escola fazer as devidas adaptações para melhor atendê-lo. No entanto, para aqueles que têm necessidades educacionais especiais nem sempre isto é simples, e a matrícula aceita, também não é garantia de que a inclusão terá sucesso e trará ganhos para o aluno.

O processo de inclusão deve envolver não apenas o educando, também é um processo inclusivo aos pais, cheio de barreiras a serem superadas por todos os envolvidos. Sabe-se ainda que a família deve ser a principal aliada da escola neste

percurso, pois configura-se como fonte de informações seguras para que os profissionais conheçam a criança.

Um fator a ser considerado é que nem sempre a escola tem a estrutura necessária para acolher o aluno deficiente múltiplo, o que passa a ser visto com descrédito pelos pais. Cabe, portanto aos gestores da escola, buscar parcerias, cobrar das entidades governamentais e de seus superiores as condições necessárias para que a inclusão aconteça da melhor forma possível.

Dependendo da situação, os pais resistem à inclusão, justificando a existência de muitos empecilhos para que isto não ocorra. Outro ponto que passa a ser negativo é se o docente que irá trabalhar com este aluno não tiver a formação adequada, e isto se torna visível a família, certamente, será um ponto a ser acrescido à falta de estrutura da escola, ao número de alunos, colaborando para aumentar ainda mais a ansiedade e o receio dos pais.

Alguns pais temem sobre a aprendizagem de seus filhos, acreditam que não são capazes de aprender, ou, pode ocorrer o contrário, esperar que o filho aprenda da mesma forma que os demais alunos de sua turma, criando expectativas que nem sempre poderão ser atendidas.

Conforme afirma SILVEIRA:

As concepções dos pais e as dos professores problematizam a dificuldade da inclusão escolar dos deficientes múltiplos, principalmente no que se refere às dificuldades de esses alunos acompanharem os conteúdos ministrados na sala de ensino regular. (SILVEIRA, 2006, p.83)

Há aqueles ainda, que acreditam que seus filhos devem apenas freqüentar o Ensino Especial, porque consideram que seus filhos enfrentariam no ensino regular dificuldades extremas e vendo a inclusão no ensino regular como algo muito difícil de acontecer, justificando entre outras coisas o despreparo do professor, as turmas superlotadas, o preconceito, as dificuldades exacerbadas da criança, tudo posto como empecilhos para que a inclusão em escola regular ocorra.

Vale ressaltar a relevância de uma família unida, participativa, que lute e deseje que a criança consiga sentir-se de fato incluída, superando as limitações de convívio social, para posteriormente superar as dificuldades escolares. Também é

importante que a família deixe que esta criança cresça, amadureça e tente na medida do possível assumir algumas responsabilidades, pois o fato de possuir limitação não significa que é um incapaz.

Urge, portanto que as famílias incentivem a busca pela superação dos limites individuais, sem, no entanto, cobrir esta criança de expectativas exacerbadas e que infelizmente nem sempre poderão ser atingidas.

Quanto aos docentes, às dificuldades são diversas, segundo Silveira (2006), o trabalho que o professor desenvolverá depende das concepções que este possui de mundo, homem e educação, serão estas concepções que nortearão as intervenções a serem por ele feitas, ou não, no processo de ensino.

Em seu trabalho, Silveira (2006), traz a concepção dos docentes frente à inclusão escolar e social de deficientes múltiplos, argumentam:

- O grande comprometimento apresentando pelo deficiente múltiplo, vendo este tipo de inclusão como difícil ou impossível,
- Condições insalubres da escola de ensino regular, principalmente a falta de preparo do professor,
- Acreditam que o deficiente múltiplo não desenvolverá aprendizagem já que muitas atividades a serem executadas exigem reflexão, abstração e memorização,
- Não vêem as atividades de higienização pessoal autônoma e de socialização como sendo de cunho pedagógico, considerando apenas atividades de letramento e aquisições matemáticas,
- O ensino regular não privilegia o atendimento individualizado, que é uma necessidade do deficiente múltiplo, por terem um alto índice de dependência,
- Reconhecem, por fim, a importância do trabalho em conjunto com os familiares e dos especialistas.

Muitos professores relatam frustrações ao trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais, independente de qual seja a deficiência ou dificuldade de aprendizagem, apontando como foco de solução a melhor formação para que possam desenvolver um trabalho pedagógico melhor, ou, que estes alunos tenham o auxílio de especialistas em sala de aula.

Ainda quanto esta questão, cabe lembrar que o discurso do despreparo técnico e pratico não deve cristalizar e imobilizar as ações inclusivas (Kassar, 1999), e que nem sempre apenas com boa vontade e iniciativa se tira a inclusão do papel. Fazem-se necessárias políticas públicas de inclusão, investimento financeiro, tanto na estrutura física, quanto no preparo humano.

Neste contexto, cabe pontuar que a inclusão não é mágica, é um processo que depende de muitas ações, sendo assim, a escola terá papel essencial e de suma importância. A escola como um todo deverá passar por mudanças substanciais se o que queremos é uma inclusão de qualidade e com menos sofrimento para o aluno incluído, espera-se que as entidades superem a limitação de empobrecimento curricular, minimização de conteúdo, socialização e convívio apenas, mas que estas vejam o aluno de inclusão como ser em desenvolvimento, com limitações e individualidade a ser respeitada, mas que isto não significa que não mereça atendimento efetivo e com qualidade.

1.5- Inclusão – Sucesso ou fracasso?

Atualmente há uma dicotomia entre o que se tem de oficial, as legislações de inclusão) e o que de fato ocorre, pois nem sempre são cumpridas as exigências que constam nas legislações específicas, em especial na LDB, nos artigos 58 e 59, Capítulo V – Educação Especial, o qual dá garantias ao aluno de freqüentar classes regulares, e dependendo do quadro apresentado pelo alunado, comprovado a impossibilidade de freqüentar escolas regulares, estabelece que o atendimento se dará em escolas, classes ou serviços especializados.

Entretanto, a prática nem sempre está atrelada a esta teoria, e, o que temos de lei sobre inclusão, grande parte acaba por embasar, mas não garante que a inclusão seja de qualidade, já que não existe a fiscalização necessária.

É de conhecimento de docentes e de gestores, também de especialistas, que a inclusão escolar depende de todos os envolvidos no processo para obter sucesso, ao contrário do que se espera, nem sempre isto é alcançado apenas com boa vontade e iniciativas individuais num processo que pode ser moroso tanto para o aluno, quanto para a entidade que o atenderá, e, para os familiares da criança incluída.

O que se espera é que a escola deixe de apenas aceitar as matrículas e passe a ser de fato uma Escola Inclusiva, que objetiva atender os alunos com necessidades educacionais especiais, superando antigos paradigmas, dando um novo olhar para o atendimento destes alunos superando a limitação de convívio social, passando a garantir práticas pedagógicas mais eficazes.

Já houve avanços tremendos se pensarmos que outrora estas pessoas eram tidas como demônios, aberrações, sem valia, ineducáveis, eram segregadas, isoladas e até mesmo exterminadas.

Cabe neste momento pontuar que hoje é de senso comum nas escolas que não é mais o aluno que deve se adaptar à escola, mas, as instituições necessitam mudar para atender a diversidade humana, concebendo assim uma nova roupagem para a modalidade Educação Especial, com a seguinte configuração:

(...) por Educação Especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. (BRASIL, 2001, Art. 3º).

Muitas mudanças ocorreram no cenário nacional e internacional para que algumas ações hoje se tornassem possíveis, um dos marcos foi a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), que aponta a necessidade de se

estabelecer medidas eficazes no atendimento a grupos minoritários, outro é a Declaração de Salamanca (1994), que pontua a sobre o estabelecimento de medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de qualquer tipo de deficiência. Estas foram fortes influenciadoras na formulação de políticas públicas da Educação Inclusiva.

Entretanto, nem sempre o quadro da realidade educacional é condizente com aquilo que seria o ideal, ou com o que se tem na legislação. Lidar com as diferenças humanas tem sido o grande desafio no campo educativo, e, nisto permeia a discussão sobre a Educação Inclusiva.

A realidade das salas regulares em escolas públicas é o número excessivo de alunos, o professor com uma formação de baixa qualidade, a perda e/ou inversão de valores pela qual a sociedade passou, a jornada exaustiva de trabalho dos docentes e a má remuneração pelos serviços prestados, que acabam por desencadear uma série de conseqüências catastróficas para os alunos, em especial, para aqueles que trazem consigo uma necessidade educativa especial.

Outro fator perigoso são os pseudo-diagnósticos, todo mundo hoje, que foge um pouco de padrões pré-estabelecidos de normalidade, é considerado especial, sendo assim, aumenta o número de encaminhamentos a setores de especialidades, muitas vezes sem ser necessário de fato.

O modelo educacional utilizado hoje espera que todos sejam “iguais”, que aprendam igualmente, que façam perguntas e esperem por respostas já prontas e que contentariam a um determinado grupo hegemônico. No entanto, hegemonia é algo que nem se pode pensar quando se fala em sala de aula, são seres humanos muito diferenciados, carregados de bagagem emocional, social, histórica e cultural, além de especificidades e gostos individuais. Devido a isto, as metodologias já ultrapassadas, nem sempre dão conta daquilo que o alunado espera.

Todos os envolvidos no processo educativo buscam respostas, alias, procuram incessantemente um “culpado” para o fracasso escolar que se alastra tanto no âmbito da inclusão, quanto no ensino regular, sem se auto-avaliar, buscando em si a parcela de culpa, para posteriormente buscar melhorar.

As entidades governamentais não investem no que é necessário, em adaptações estruturais, físicas e materiais, nem na formação de recursos humanos para que possa desenvolver o trabalho pedagógico primando pela qualidade, os docentes em algumas situações vivem de experiências baseadas em tentativas, como se o aluno fosse um laboratório de testes. A comunidade escolar, nem sempre cumpre seu papel que é o de cobrar das escolas e dos governantes um ensino de melhor qualidade, posto isto, mais uma vez o educando que padece.

O modelo da escola tradicional não traz a reflexão sobre a importância da reestruturação deste sistema para que se adequem as necessidades dos alunos de hoje, valorizando a aprendizagem através da troca de experiência entre os alunos e tirando a figura do professor do centro do processo educativo, para colocar neste lugar o aluno, como alguém que constrói através de interações significativas o seu próprio conhecimento, respeitando suas limitações próprias.

O princípio fundamentador da escola inclusiva deve ser o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independente de diferença e/ou dificuldade, reconhecendo e buscando sanar as necessidades da diversidade de sua clientela de alunos, assegurando educação de qualidade a todos.

A educação regular já exige do docente responsabilidade e compromisso, o trabalho com alunos com necessidades educacionais, além do já citado, exigirá paciência, afetividade, respeito e perseverança. O docente terá ainda de ter o traquejo para perceber a melhor forma de intervir, buscando desvendar métodos que facilitem a aprendizagem desta criança, criando assim entre professor e aluno vínculo com base na confiança mútua e no respeito.

A inclusão vem a ser a soma de oportunidades bem sucedidas que são possibilitadas a qualquer cidadão e não somente decretos que não oportunizam o acesso real aos meios que promovem o desenvolvimento.

Assim, cabe ao docente e a escola principalmente, oportunizar o desenvolvimento do aluno, mesmo que este se dê lentamente e de forma diferenciada dos demais alunos.

Silva e Araujo apontam que “Discutir sobre a inclusão pode levar-nos a um universo de encontros e desencontros com nossa forma de lidar com a diferença...” (ARAUJO; SILVA, 2004, p.1)

Infelizmente grande parte dos relatos que temos sobre inclusão, baseia-se nos desencontros, histórias de momentos tristes, de coisas que não deram certo, de cenas constrangedoras para as pessoas que foram inclusas, mais uma vez uso termos dos autores acima que comparam a inclusão como sendo um “roupa nova”, que é utilizada num “corpo velho”, sendo este o modelo de escola que temos hoje, e, que lamentavelmente não atende nem as necessidades dos alunos ditos “normais”, e, estão muito longe de suprirem as especificidades dos alunos com necessidades educativas especiais. Ressaltam que:

O trabalho com crianças, adolescentes e adultos em condição de deficiência deve acontecer na escola regular, no entanto, com a mesma obrigatoriedade, ‘gratuidade’, acrescida das condições de qualidade deve ser oferecido e possibilitado o atendimento em instituição especializada. (ARAUJO; SILVA, 2004, p.1)

O que se vê atualmente é a transferência dos poderes de regulação da vida social para as “mãos” do mercado, virando alvo da ganância financeira, grande parte dos deficientes que obtiveram sucesso no percurso escolar e social, tiveram como principal fator colaborador a boa condição financeira da família, que buscou ajuda especializada, pagando por isto.

Ainda sobre esta reflexão, as instituições especiais públicas, ou, gratuitas estão sucateadas, enfrentam a falta ou privação de recursos básicos para o atendimento das crianças com necessidades especiais, ficando a mercê de boa vontade política dos governantes ou de doações de filantropias, comunidade ou pais de usuários. Entretanto, sabe-se que desta maneira é muito difícil manter instituições que são de vital importância as pessoas com deficiência.

O fracasso escolar centra-se atualmente nos principais palcos de discussão educacional, afronta as intuições e ronda a prática de todos os docentes, não limitam-se aos que tem alguma deficiência, expandiu-se a um elevado número de alunos, o que faz com que seja alvo de inúmeras reflexões e da busca de motivos para que muitos não obtenham sucesso na trajetória escolar.

Patto (1996) atribui o quadro estabelecido no campo educacional a fatores históricos como a consolidação do capitalismo industrial do século XIX e a dominação do poder econômico e político pela burguesia, a ruptura com os ideais burgueses do final do século XVII e início do século XVIII de igualdade, fraternidade e liberdade, que acabaram por ter efeitos até a atualidade.

O Sistema Educacional de nosso país vem enfrentando uma longa crise, onde a população em geral aponta que infelizmente a educação que temos não supre a necessidade apresentada.

No Brasil, as escolas tem sido palco de fracasso e de formação precarizada, local onde deveria formar cidadãos críticos, atuantes, apenas tem contribuído na perpetuação das injustiças sociais e desigualdades que sempre fizeram parte da história do povo brasileiro.

Muitos são culpabilizados por este fracasso, entre eles podemos citar:

- Professores – A formação precária dos docentes, a falta de compromisso com o ensino de qualidade, a escolha da carreira equivocadamente ou por falta de opção, são alguns dos fatores que fazem com que os que parte das pessoas que atuam como professores, não consigam atingir o alunado colaborando para sua aprendizagem.
- Sistema de Ensino – A implantação de um Currículo inadequado, que não leva em consideração a realidade do alunado, o sistema educacional implantado que é disfuncional, já que não considera as especificidades dos alunos, escolas sem estruturas física, humana e de materiais, número elevado de alunos nas salas de aula, são alguns dos fatores que faz com que o Sistema de Ensino não colabore para uma educação de qualidade.
- Governantes – Os baixos salários, que fazem com que os professores tenham que assumir longas jornadas de trabalho docente, a falta de investimento em formação dos profissionais que atuam nas escolas, a desvalorização sofrida pela carreira do magistério ao longo dos últimos anos, a falta de política pública efetiva para a melhora da qualidade da educação, o não cumprimento

dos direitos de alunos, docentes e funcionários das escolas, são alguns dos fatores que culpabilizam os governantes pela educação de má qualidade oferecida na rede pública de ensino.

- Alunos – A clientela descompromissada, desinteressada, sem limites, sem perspectiva de melhora de vida, sofridos e desmotivados por causa de situações vivenciadas em casa, alunos que não vêem a escola como aliada para um futuro melhor, entre outras coisas. Sabemos que sem um público disposto a aprender, não há ensino que tenha sucesso.
- Comunidade (pais e responsáveis) – Ao longo dos anos, houve uma grande transferência de responsabilidades para a escola, pais que infelizmente abandonaram a educação de seus filhos, deixando-os a mercê daquilo que lhe é oferecido pela escola, sobrecarregando professores, gestores e funcionários, com coisas que outrora era de responsabilidade dos pais ou de outras entidades. (saúde, boas maneiras, cuidados pessoais, educação social, disciplina, valores, etc.)

De acordo com os estudos de Patto (1985), muitos são os mitos que rondam o processo educativo, no entanto, para ela as causas do fracasso escolar são intra-escolares, pautadas também na concepção de que a criança que não consegue aprender possui algum tipo de dificuldade ou de deficiência, isto está muito presente nas salas de aula, fazendo com que os professores deixem de efetuar sua parte que é lecionar, e passem a distribuir diagnósticos equivocados sobre o que os alunos tem ou não e influenciam em sua aprendizagem.

Com o objetivo de ilustrar a idéia desta autora sobre o fracasso escolar, cito:

...O fracasso da escola pública elementar é o resultado inevitável de um sistema educacional congenitamente gerador de obstáculos à realização de seus objetivos. Reprodução ampliada das condições de produção dominantes na sociedade que as incluem, as relações hierárquicas de poder, a segmentação e a burocratização do trabalho pedagógico, marcas registradas do sistema público de ensino elementar, criam condições institucionais para adesão dos educadores à simularidade, a uma prática motivada acima de tudo por interesses particulares, a um comportamento caracterizado pelo descompromisso social. (PATTO, 1987,p.340)

A sociedade atualmente vê a Educação como “salvação” de todos os problemas enfrentados pela sociedade, no entanto, não será tratando a educação como nossos governantes vêm tratando, com descaso ou preocupações restritas a propagandas midiáticas, sem ações efetivas, que iremos atingir os objetivos pedagógicos que temos, nem mesmo aqueles que a sociedade tem atribuído à escola.

É grande o desafio pelo qual o ensino público terá que passar durante os próximos anos, porém sabemos que os alunos que estão nas salas de aula das escolas públicas merecem educação de qualidade, para que possam competir futuramente em pé de igualdade com aqueles que são mais privilegiados financeiramente.

Fica evidente que se faz necessário urgentemente a criação e efetivação de políticas públicas voltadas à educação, a criança, seja esta com necessidades especiais ou não, e a juventude, políticas públicas que atraiam as pessoas para ingressarem no magistério e que incentivem sua permanência, criação de campanhas que pontuem a importância do envolvimento dos pais na educação (escolar e cultural) de seus filhos, campanhas de formação continuada para melhor atuar, só assim teremos a educação de qualidade que tanto queremos que não será a “salvação” do mundo, mas que pode sim ser um forte aliado para termos um futuro melhor!

II – OBJETIVOS

2.1. - OBJETIVO GERAL

- ✓ Investigar como ocorre a inclusão de alunos portadores de deficiência múltipla no ensino regular.

2.2. - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Apresentar elementos favorecedores ou inibidores presentes na infra-estrutura do espaço escolar que interferem na qualidade do trabalho pedagógico.
- ✓ Constatar as reais condições de aprendizagem oferecidas aos alunos portadores de deficiência múltipla em escolas regulares.
- ✓ Refletir sobre o papel da escola, do professor e da família no processo de inclusão escolar e social do aluno portador de deficiência múltipla.
- ✓ Pontuar a situação atual de inclusão de portadores de deficiência múltipla no ensino público regular.

III- METODOLOGIA

3.1- Fundamentação Teórica da Metodologia

Este trabalho acadêmico investigará o processo de inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, especificamente alunos com deficiência múltipla em escolas públicas de ensino regular. A fim de constatar as respostas dos questionamentos que me motivaram a realizar esta pesquisa, e, por entender que parte das respostas a estes questionamentos baseiam na subjetividade dos entrevistados, optei pelo estudo de caso através de observações e entrevistas, já que assim nos permite a junção de evidências que caracterizam a realidade dos fatos observados, contrastando com a legislação que embasa a inclusão atualmente.

O tema em questão não é passível de quantificações, porém pode ser refletido de forma a privilegiar elementos qualitativos que apontam o sucesso ou o fracasso da inclusão dos alunos e professores observados, e, a opinião dos pais entrevistados sobre este processo.

González Rey faz reflexões sobre o processo de construção da informação na pesquisa qualitativa, a respeito disto cito:

Uma exigência do processo de construção da informação na pesquisa qualitativa [...] é o caráter ativo do pesquisador, sua responsabilidade intelectual pela construção teórica resultante da pesquisa. (GONZÁLEZ REY, 2005, p.116)

O modelo como produção teórica em processo, o qual acompanha a pesquisa, é inseparável de uma posição ativa e produtiva do pesquisador que, ao assumir-se como sujeito da pesquisa, deve superar a imagem de coletor de dados que tem dominado o imaginário da pesquisa científica. (GONZÁLEZ REY, Op. Cit, p.119)

Sendo assim, iniciei a pesquisa buscando um “problema” para ser tema de reflexão e estudo, definido isto, já foi estabelecido qual público seria alvo do estudo, metodologia a ser aplicada, traçados os principais objetivos, e definido o referencial teórico que servirá de base para a pesquisa.

Fiz a observação de dois alunos com deficiência múltipla, incluídos na E.J.F no município de Itapeva-SP, um estudante do ensino fundamental (3º ano) e outra estudante da Educação Infantil (Pré Escola I), além de entrevistar pais e docentes

destas crianças, a fim de saber quais investimentos foram aplicados na escola para melhor acolher estes alunos.

3.2- Contexto da Pesquisa

Local da Pesquisa: Uma escola pública de Educação Básica I - E.J.F. – Itapeva –SP

Caracterização do Local da Pesquisa: A unidade escolar escolhida E.J.F é situada na zona rural do município de Itapeva, conta com 3 salas de Educação Infantil e 9 de Ensino Fundamental de 1º ano a 4ª série, totalizando mais ou menos 275 alunos, com o quadro de funcionários composto por:

- 1 Gestora Educacional (Diretora)
- 1 Gestora Pedagógica (Coordenadora Pedagógica)
- 1 Bibliotecária
- 1 Secretário de Escola
- 12 Professores Efetivos
- 4 Professores Auxiliares Contratados (sendo 2 exclusivos para atender aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais com dependência)
- 3 Orientadores de alunos
- 2 Merendeiras
- 3 Auxiliares de Serviços Escolares.

3.3- Participantes

Sujeitos da Pesquisa:

Dois alunos com deficiência múltipla, estudantes do Ensino Fundamental I (3º ano) e da Educação Infantil (Pré Escola I), dois pais e dois professores que trabalham com os respectivos alunos.

Os sujeitos e o local serão denominados apenas pelas iniciais, conforme os princípios éticos da pesquisa, no quadro a seguir:

SUJEITOS	POSIÇÃO	SÉRIES (frequenta ou leciona)	BREVE DESCRIÇÃO.
M.P.C	Aluno com Necessidade Educativa Especial – Deficiência Múltipla. Tem 8 anos de idade.	3º ano do Ensino Fundamen tal de Nove Anos.	Aluno desta mesma unidade escolar desde o Jardim (5 anos de idade), apresenta sérios comprometimentos tanto motores, como de fala e aprendizagem. É dependente tanto para locomoção quanto para a realização de atividades de rotina escolares e atividades de vida diária.
E.R	Aluna com Necessidade Educativa Especial – Deficiência Múltipla. Tem 4 anos de idade.	Pré Escola I – Educação Infantil.	Aluna que começou a frequentar esta unidade escolar no ano de 2010. Precisa de acompanhamento constante já que apresenta sérios comprometimentos, motores e convulsões rotineiras, restringe bastante suas conversas, faz uso de fraldas descartáveis, não se alimenta sozinha, sua aprendizagem é em ritmo bem diferenciado. É dependente tanto para locomoção quanto para a fazer de atividades escolares e atividades de vida diária.
J.S.	Professor do aluno M.P. Tem 35 anos.	Leciona para o 3º ano, com 29 alunos frequentes .	Formado no Magistério, graduado em Pedagogia, exerce a docência a 16 anos. Tem vários cursos de formação básica de alfabetização, nada específico em Educação Especial, relata que gosta muito de ler, e ao receber o. M P em sua turma buscou ler algumas coisas e tentou contato com profissionais que atendiam este aluno terapeuticamente, mas foi em vão.
J.F.Q	Professora da aluna E.R. Tem 43 anos.	Leciona para o Pré I, turma com 17 alunos frequentes .	Formada no Magistério, graduada em Pedagogia, exerce a docência a 14 anos. Tem cursos de formação básica para atuação de 1ª a 4ª série, nada em específico para atuar com a dificuldade de sua aluna E.R. Relata que teve como parceira a coordenação pedagógica para trabalhar com esta aluna, tanto em material, quanto em apoio para levar ao banheiros, trocar, alimentar, haja visto que se trata de uma aluna dependente. Em sala, algumas atividades propostas a aluna consegue realizar com o auxílio da professora, sem isto, ainda não as faz.
S.M.P.C	Mãe do aluno M.P.C Tem 34 anos.		Mãe de 3 crianças que estudam nesta unidade escolar, além do M.P, tem o J.M.P que também é cadeirante e portador de uma doença degenerativa. E uma menina que estuda no Pré II. Teve ao fim de 2010 mais um parto, de um menino. Relata apenas a dificuldade que tinha de trazer os filhos para a escola, já que o filho mais velho (J.M) foi perdendo a mobilidade durante o ano, e, como estava grávida isto foi ficando cada vez mais complicado e aí a escola colaborou e conseguiu transporte para os dois, depois disto tudo ficou mais fácil.
Z.R	Mãe (adotiva) da aluna E.R.		Mãe de 5 filhos, 4 biológicos e a E.R que conta ter adotado já que é tia e ninguém da família quis “tirar a menina” da Casa Transitória (abrigo). Apesar da fala inicial que chega a assustar a meu ver, é muito carinhosa e responsável com esta aluna, levando-a 3 vezes na semana as terapias, cuidando e zelando sempre pelo bem estar físico, psicológico e da aparência da menina, que está sempre bem cuidada. Parece ser uma boa mãe.

3.4 – Recursos Materiais

Foram utilizados os seguintes materiais:

- Caderno para anotações de observações
- Folhas para anotar as respostas das entrevistas
- Computador para sistematização.

3.5- Instrumentos de Construção de Dados

Utilizei de questionário aberto, com análise crítica das opiniões expressas pelos sujeitos pesquisados. O questionário foi aplicado em forma de entrevista a 2 professores, 2 pais de alunos deficientes múltiplos que foram incluídos no ensino regular. Estes compostos por perguntas que visam detectar o que os envolvidos neste processo de inclusão “acham” sobre a estrutura física, pedagógica e humana oferecida para o atendimento destas crianças com necessidades educacionais especiais. Para os docentes, o foco será em quais adaptações físicas, curriculares, estruturais e até mesmo humanas que a escola teve que fazer para melhor atender este tipo de alunado. Com os pais, o objetivo primordial trata-se de construir informações e opiniões destes a respeito do ensino que é oferecido a seus filhos na escola regular e das pessoas que atuam com estes alunos as principais facilidades e dificuldades por enfrentadas para trabalhar com alunos de inclusão. Esta etapa será com entrevistas individualizadas, não se estendendo mais que 15 minutos com cada sujeito pesquisado, com local a ser definido pelo entrevistado.

Outro instrumento utilizado foi à observação de alguns dias vivenciados por estes dois alunos nesta unidade escolar, rotina diária, postura dos docentes e demais funcionários da escola, atividades desenvolvidas, etc, das quais minhas observações, e, registros das mesmas farão parte do capítulo 3 desta monografia.

3.6- Procedimentos de Construção de Dados

Para realizar esta pesquisa de campo, busquei uma escola pública que desse o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, especificamente, com deficiência múltipla, chegando por meio de relatos de professores conhecidos que a escola J.F. tinha em seu quadro de alunos dois que se enquadravam no que eu necessitava para este trabalho.

Apresentei-me a gestora da escola no início de dezembro de 2010, salientando que estava ali devido ao trabalho da universidade, que embasaria minha pesquisa sobre inclusão de alunos com deficiência múltipla em escolas regulares, que meu intuito era conhecer a opinião de pais de alunos com deficiência múltipla que foram inclusos em escolas regulares e de seus professores, sobre como ocorreu o processo de inclusão. Pontuei também que queria somar a unidade, buscando formas de facilitar o processo de inclusão, que não traria prejuízos para a equipe, alunos ou pais. Com certo receio fui aceita na escola, e, aos poucos recebida com mais naturalidade.

Trabalhei primeiramente entrevistando os docentes responsáveis pelo trabalho com os alunos deficientes múltiplos, posteriormente as mães dos alunos de inclusão.

Após a coleta de opiniões, passei a etapa de observação dos dois alunos, que freqüentam turmas diferentes na E.J.F, as observações foram feitas tanto em sala de aula como em atividades extraclasses em dias e momentos distintos para verificar também como a estrutura humana da escola atende estes alunos.

Tentei conversar com os alunos, no entanto, o aluno M.P, tem a oralidade muito comprometida, e, não consegui compreender o que falava, já a E.R, recusou-se a conversar comigo. Segundo os professores, algumas coisas que o M fala eles conseguem entender, mas a grande maioria das palavras por ele pronunciadas são incompreensíveis, e a E, só conversa com as pessoas que adquire vínculo afetivo.

3.7- Procedimentos de Análise de Dados

Os dados apresentados nesta pesquisa foram coletados a partir das conversas (entrevistas) com pais e professores, também com base nos registros pessoais que fiz, diante das observações dos alunos, realizada em momentos e datas diversificadas, pautados em anotações pessoais, que foram distribuídas nos tópicos descritivos do tema. Em tempo ressalto que, isoladamente, os dados aqui apontados, de nada valem se não considerarmos a realidade sobre o qual relatam.

IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

*Depende de nós
Quem já foi ou ainda é criança
Que acredita ou tem esperança
Quem faz tudo pra um mundo melhor
Depende de nós
Que o circo esteja armado
Que o palhaço esteja engraçado
Que o riso esteja no ar
Sem que a gente precise sonhar
Que os ventos cantem nos galhos
Que as folhas bebam orvalhos
Que o sol descortine mais as manhãs
Depende de nós
Se esse mundo ainda tem jeito
Apesar do que o homem tem feito
Se a vida sobreviverá
Que os ventos cantem nos galhos
Que as folhas bebam orvalhos
Que o sol descortine mais as manhãs
Depende de nós
Se esse mundo ainda tem jeito
Apesar do que o homem tem feito
Se a vida sobreviverá
Depende de nós
Quem já foi ou ainda é criança
Que acredita ou tem esperança
Quem faz tudo pra um mundo melhor*

Depende de Nós

Composição: Ivan Lins / Vitor Martins

4.1- Inclusão escolar: desafios para uma prática pedagógica qualitativa

O trabalho foi focado em como ocorre à inclusão de alunos com deficiência múltipla na rede regular de ensino, elencando a estrutura que a escola tem para receber este tipo de alunado e os investimentos que devem ser feitos na reestruturação do espaço físico e formação humana.

Foi uma pesquisa pautada em entrevistas com dois professores que lecionam em salas de ensino regular em escola pública e possuem em suas turmas alunos deficientes múltiplos. As discussões foram direcionadas para que refletissem sobre as principais dificuldades enfrentadas neste tipo de inclusão e quais foram os parceiros para que isto ocorresse, construindo neste momento de interação com os docentes, informações de cunho pedagógico a este respeito.

Iniciei a conversa questionando os professores se foram informados que os alunos eram deficientes múltiplos e como isto aconteceu, as respostas foram:

- Professor J.S.:

“Antes do primeiro dia de aula, sempre temos uma reunião de apresentação da equipe pedagógica, foi neste dia que fui informado pela gestora da escola sobre o aluno M.P, mas já tinha um pouco de conhecimento sobre o quadro dele pois ele já freqüentava nossa escola.”

- Professora J.F.Q.:

“Fui informada no fim do ano letivo de 2009, em época de matrículas, que no ano seguinte, em minha turma teria uma aluna cadeirante, mas que a escola ainda não possuía informações sobre o quadro clínico desta aluna.”

Questionei em seguida sobre o que pensaram ao se deparar com a presença de alunos com deficiência múltipla em suas classes, segue abaixo as respostas:

- Professor J.S.:

“Quando recebi o M.P em minha sala me desesperei, pois não sabia nem por onde começar o trabalho com ele! Nunca tive um aluno assim!”

- Professora J.F.Q.:

“Foi muito difícil no início, porque já não tinha experiência nenhuma com Educação Infantil, e, junto com isto tinha o fato da E. precisar demais de mim... Pensei que não fosse dar conta.”

As palavras ditas por estes docentes nos mostra a insegurança e falta de conhecimento que muitos têm sobre o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais.

Evidenciam novamente que a formação dos docentes ainda não é a adequada para atender e trabalhar com a diversidade de alunos que estão presentes hoje nas salas de aula de ensino regular.

Patto (1985) chama a atenção para a necessidade de nos preocuparmos com as práticas escolares que estão enraizadas nas salas de aula regulares, e, isto passa pela formação. Um docente de qualidade, bem formado, terá o “olhar” diferenciado para seus alunos, buscando atender a diversidade e as necessidades que seus alunos apresentam, criando em sua sala de aula um ambiente favorável a socialização de saber significativo.

Quando questionei sobre as dificuldades por eles enfrentadas, disseram:

- Professor J.S.:

“Meu grande problema é o número de alunos da sala que atrapalha muito, pois o M. necessita de atenção individual, se não fico ao seu lado ele para e não faz o que pedi...Se me dedico apenas a ele, o restante da turma se agita...”

- Professora J.F.Q.:

“Foram várias, principalmente porque tive que me adaptar a nova faixa etária de trabalho, pois estava há muitos anos com 4ª série, além de ter pego uma sala de Educação Infantil, tinha uma aluna, portadora de deficiência, e, que convulsionava, me preocupava muito no início, e, demorei a relaxar e trabalhar tranqüila, sem observar a E. a cada segundo para ver se ela estava bem.”

Segundo relatos do professor J.S., que lecionava para o 3º ano do Ensino Fundamental, responsável pelo atendimento do aluno M.P.C, este acredita que:

“Infelizmente a inclusão só é perfeita no papel, quando passa a prática, perde-se e muito a qualidade, e, o que acaba acontecendo é a exclusão do aluno com necessidade especial do processo educacional pela falta de estrutura para desenvolver um bom trabalho.”

Este mesmo professor diz:

“Gosto muito de ler, e, ao receber este aluno fui estudar sobre seu quadro, busquei informações em leituras e tentei contato com os profissionais que davam atendimento a este aluno terapeuticamente, mas foi em vão. Sem ter o respaldo de especialistas, os ganhos obtidos com o M., tanto em comportamento, como na aprendizagem, mesmo que pequenos, foram mérito de tentativas, algumas acertadas, outra não com tanto sucesso.”

Os relatos da professora J.F.Q., que lecionava para a turma de Pré Escola I, do Ensino Infantil, responsável pelo atendimento da aluna E.R, nos trazem:

“Tive medo dela convulsionar na escola, ou cair da cadeira, ou, que os colegas pudessem machucá-la... Mas tive grande apoio dos gestores da escola, em específico da coordenadora pedagógica, que me deu dicas sobre como iniciar o trabalho com esta aluna.”

Diante das falas acima, ficou evidente que os professores estão sedentos de formação para o trabalho com a inclusão, pois esta ainda é falha e as instituições públicas não possuem a estrutura adequada para receber alunos com estas especificidades, falta material humano capacitado para exercer esta atividade, além de faltar recursos para desenvolver o trabalho pedagógico com qualidade.

A professora da E.R, citou que sobre a colaboração que teve de outros funcionários da escola:

“As outras “tias” (funcionárias da escola) me ajudam demais, tanto na locomoção, como nas trocas, alimentação e até mesmo socialização desta aluna, já que a E. é extremamente dependente.”

Já o professor J.S, relata:

“Entre tantas dificuldades, ainda temos o fato de parecer que o aluno de inclusão é um problema do professor, eu acho que isto é da escola, não apenas meu, afinal, ele é aluno primeiramente da escola, e, tem coisas que o professor num dá conta sozinho”

A fala do professor J.S, explicita aquilo que muitos docentes sentem ao se deparar com a inclusão e outras dificuldades postas no cenário pedagógico: “a solidão da sala de aula”!

A estrutura, as metodologias, formas de se tratar e trabalhar com o aluno com necessidades especiais deve ser pauta em discussões da equipe escolar, e não se fazerem presentes apenas nas preocupações do docente responsável pela sala na qual este aluno está lotado.

A visão aqui posta pelos professores entrevistados é que falta materiais, falta apoio financeiro, falta formação pedagógica e até mesmo o quadro de pessoal das escolas é insuficiente para atender alunos que apresentam dependência acentuada. Que a equipe de apoio técnico especializado não mantém contato com profissionais da escola, o que acaba também por influenciar na insegurança dos professores para trabalhar com estes alunos, isto quando eles têm atendimento especializado.

De acordo com informações da secretaria da escola, a E.R fazia terapias duas vezes por semana, tratamento em instituição pública transporte financiado pelos pais. O M.P estava sem acompanhamento há um ano por falta de transporte, ambos moram na zona rural. A este respeito, foi relatado pela gestora da escola que a cobrança sobre o transporte do aluno foi feita para a Secretaria Municipal de Educação, esta disse ser de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, que “jogou” mais uma vez a responsabilidade para Educação, sendo assim a criança ficou sem tratamento durante o ano todo.

Quanto às adaptações pedagógicas, pude perceber que eram feitas nas atividades e nas aulas práticas, mas nada documentado quanto o atendimento destes alunos em sala de ensino regular.

Foi nítida nos professores a preocupação em dar atenção individualizada a estes alunos especificamente, no entanto, é de senso comum a todos que atuam na educação que a realidade de sala de aula regular não nos propicia isto, pois nos deparamos com a individualidade dos demais da turma, o número elevado de alunos, as dificuldades apresentadas pelos demais alunos, etc.

Perguntei aos docentes responsáveis pelos alunos o número de alunos de suas turmas:

- Professor J.S.:

“Tenho 29 alunos freqüentes, 16 meninas e 13 meninos.”

- Professora J.F.Q.:

“Na minha turma tem 17 alunos freqüentes, 9 meninos e 8 meninas.”

O número elevado, no caso do professor J.S, vem a somar a outras dificuldades enfrentadas por ele e seu aluno M.P, mesmo assim, não se configura em entrave para o processo pedagógico, pois em vários momentos fica nítido sua força de vontade para incluir esta criança no dia-a-dia de sua turma.

Nessa medida, pode-se afirmar que para a inclusão acontecer de forma menos agressiva para o aluno com necessidade especial, é primordial que o docente aceite este aluno independentemente de suas limitações, isto certamente fará com que a criança sinta-se acolhida, segura e adquira confiança no professor.

4.2- Família e escola: uma parceria necessária para o sucesso da inclusão escolar.

Como já dito neste trabalho, a família é um dos pontos chaves do processo inclusivo. Uma família presente e participativa dá o suporte de informações necessárias para que a escola tente melhor atender o aluno. Devido a isto, meu segundo passo foi buscar depoimentos dos pais quanto ao atendimento que é dado aos seus filhos, o que pensam da escola, quais pontos positivos e negativos do filho estar em escola regular, bem como a visão que tem sobre o (a) professor (a) e estrutura geral da escola de seus filhos.

As mães participantes desta pesquisa colaboraram para que fossem coletadas informações a respeito da qualidade do serviço prestado aos seus filhos.

Procurei com os pais realizar esta parte o mais informal possível, por se tratar de pessoas simples e que de início ficaram muito resabiadas em conversar comigo. Tentei, portanto fazer com que fosse uma conversa com os pais, pontuando as questões que para mim seriam primordiais para esta pesquisa.

Comecei com um bate papo informal sobre como e quando o diagnóstico foi dado à família. Na conversa dona Z.R, contou que a E.R. passou a ser integrante de sua família, pois sua cunhada era alcoólatra, ingeria álcool constantemente

enquanto estava grávida, e, assim que a criança nasceu, foi abrigada na Casa Transitória do município, lá descobriram que era uma criança especial, por assim ser, “ninguém” mais da família quis assumir a responsabilidade com a criança, para que não fosse adotada por pessoas estranha, a Z.R., sendo tia, conversou com seu esposo e seus filhos, 2 adolescentes e 2 ainda pequenos, e resolveram “criar” a menina. Retiraram do abrigo com ordem jurídica, e, com o passar do tempo adquiriram a guarda. Na conversa, Z., disse que a E. é a “princesinha” da casa, todos a tratam como irmã, é cuidada com muito carinho e amor, mesmo exigindo da “mãe” muito tempo fora de casa devido às terapias que tem que fazer, o que fez com que Z necessitasse muito do auxílio de suas filhas mais velhas e de uma irmã que mora próximo para o cuidado (criação) com os dois filhos menores.

Conversando com a mãe do M.P, contou que ao nascer os médicos já contaram a ela que seu filho era especial, desde então, buscou auxílio na saúde para o tratamento do menino que irá completar nove anos. Relata ter uma vida difícil, sua família é composta por 4 crianças, sendo uma de colo, seu esposo e ela, que sobrevivem apenas do benefício que o M recebe e do salário do pai. Conta que a situação se agravou em 2010, pois seu filho mais velho J.M, devido a uma doença degenerativa, perdeu os movimentos das pernas, tornando-se dependente de cadeira de rodas, e, com dois cadeirantes em casa, ficou difícil para a mãe locomovê-los.

À medida que as conversas iam tendo continuidade, as mães foram mostrando-se menos tensas e mais dispostas a responder minhas perguntas, foi quando questionei sobre como fizeram para matricular seus filhos na escola, as mães responderam:

- Z.R, mãe da aluna E.R.:

“Fui à outra escola antes de vir na E.J.F, e disseram que não iam fazer a matrícula porque a escola não teria condições de trabalhar com a E. Depois de algum tempo, contaram que ia abrir uma nova classe na escola J.F., aqui conversei com a diretora, contei o que minha filha tinha e a diretora fez a matrícula”

- S.M.P.C, mãe do aluno M.P.:

“Cheguei à escola trazendo os documentos, contei que meu filho usava cadeira de roda, eles fizeram a matrícula e no outro dia o M. já começou a estudar.”

Ao contrário do que se espera, e, daquilo que é garantido legalmente, uma das mães teve o direito de matricular sua filha na rede regular de ensino violado na primeira vez que tentou devido as limitações apresentadas pela E., isto comprova que aquilo que a lei garante, nem sempre é cumprido.

Continuando a conversa, perguntei sobre o que pensavam sobre a escola de seus filhos, as respostas foram:

- Z.R, mãe da aluna E.R.:

“A escola é boa, a E. fica feliz quando vem, gosta de vir”

- S.M.P.C, mãe do aluno M.P.:

“O M. gosta da escola, o problema pra ele é acordar cedo, e, só tem 3º ano de manhã.”

Como a resposta foi dada de forma bem superficial, continuei os questionamentos, direcionando para o trabalho pedagógico e para estrutura da escola, com relação a isto disseram:

- Z.R, mãe da aluna E.R.:

“A professora da E. é muito atenciosa com ela, também muito carinhosa, sempre pergunta coisas sobre ela, e a escola é boa. A dona J tem paciência com minha filha e isto já está bom. Eles aqui aceitaram minha filha, na outra escola nem isto...”

- S.M.P.C, mãe do aluno M.P.:

“O professor do M. é bom, todos os professores daqui (E.J.F) são bons, o M já estuda aqui há 3 anos, então já estudou com alguns, meu outro filho também já estudou com vários. O M. não sabe escrever e ler, mas está aprendendo a falar melhor”

Mais uma vez a resposta foi dada fugindo um pouco do foco aprendizagem, mas teve o apontamento de satisfação com a postura dos professores com seus filhos.

Ainda sobre a escola falaram:

- Z.R, mãe da aluna E.R.:

“A E. conta que gosta muito da professora e que as tias (funcionárias da unidade) dão comida, brincam, conversam e ajudam a escovar os dentes e a lavar as mãos, conta que uma tia troca todo dia... É bom ela ter contato com outras crianças, e na escola vai aprender algumas coisas.”

- S.M.P.C, mãe do aluno M.P.:

“Queria que o M aprendesse a ler e a escrever, mas está aprendendo algumas coisas, fala melhor, aprendeu a escrever seu nome inteiro e já sabe algumas letrinhas”.

Conversando com as mães, nota-se certo grau de satisfação com o trabalho feito com seus filhos pela escola, mas satisfação essa centrada no aceitar e tentar ajudar as crianças, com relação ao pedagógico, pouco cita-se, ficando explícito na fala de ambas que a atenção, o carinho e a paciência com os filhos basta. Não se pode perder de vista, no entanto, a função da escola que é a socialização de conhecimentos escolares e culturais, sem que um seja prejudicado por causa do outro.

A participação efetiva dos pais, conforme diz SILVEIRA E NEVES (2006), suas concepções e expectativas com relação à pessoa com necessidade especial, podem estimular ou criar situações irreais. Faz-se necessário que a família em conjunto com os profissionais que trabalham com o aluno encontre o meio termo entre estímulo e “sonhos”, para que assim o aluno não seja envolvido num mundo de expectativas exacerbadas e que infelizmente, dependendo do grau de comprometimento cognitivo/motor do aluno não serão atingidas.

É de grande valia lembrar que o maior aliado do professor diante deste tipo de inclusão será a parceria entre escola e família, ambos colaborando como puder

para que haja sucesso na inclusão da criança com deficiência múltipla. Esta parceria só ocorrerá de fato, quando a escola “abrir” suas portas dando a oportunidade aos pais de vivenciarem compartilhando momentos de alegrias, angústias, sucessos e dificuldades, também, a partir do momento em que os pais e a comunidade passarem a ver a escola como uma ferramenta de mudanças, transformação da realidade e construção de uma sociedade melhor, estando dispostos a colaborarem com as instituições de ensino, da forma que puderem.

O que se sabe atualmente, é que infelizmente, muitos pais acabam por se afastar da escola, já que alguns gestores mostram-se autoritários, centralizadores, não compartilhando a realidade da escola com a comunidade na qual a unidade está inserida, mostrando-se como “donos” das escolas, sendo soberanos dentro de um reino que deveria ser de todos! Em contrapartida, alguns pais justificam a não participação da “vida” da escola de seus filhos, alegando que exercem outros tipos de tarefas, segundo fala da gestora da escola, quando perguntei sobre a participação dos pais nas decisões da escola:

“Quando temos eleição de APM, ou de Conselhos de Escola, temos que “laçar” os pais, sempre ficam quietinhos, um ou outro que se oferece para fazer parte, o restante do colegiado é meio que pressionado a fazer parte”

Quando questionei as mães entrevistadas sobre a atuação delas nas decisões da escola, se participavam da APM ou do Conselho de escola, as respostas foram:

- Z.R, mãe da aluna E.R.:

“Participei a alguns anos da APM da escola, mas depois da E, ficou difícil vir nas reuniões por causa das terapias dela. Só vou nas reuniões com a professora, quando não são nas quartas e sextas (dias de terapia)”

- S.M.P.C, mãe do aluno M.P.:

“No ano passado dei meu nome para um dos dois, não lembro direito se era APM ou Conselho, mas não vim nas reuniões porque engravidei, mas na reunião com o professor eu venho sempre que posso.”

O que os educadores e gestores de escola sonham é com uma comunidade que se envolve nas atividades desenvolvidas pela unidade, que colabore para o crescimento e melhoria da qualidade do serviço prestado a seus filhos, mas a

realidade é que poucos são os que de fato são parceiros, e, se dispõe a doar um pouco do seu tempo para a melhoria do ensino.

Vale apontar que, participar não significa apenas estar presente em reuniões propostas pelas escolas, ou, como ocorre em algumas situações, “ceder” o nome para estar em algum colegiado da escola. Participar configura-se exercer cidadania, exigindo da escola aquilo que lhe é de direito, cumprindo seus deveres e colaborando para que a escola seja cada vez melhor.

4.3- Inclusão: Retratos de um processo em construção

Um dos ricos momentos desta pesquisa foi o contato direto com os participantes: professores, mães e alunos. Entre eles destaco alguns momentos nos quais pude observar os alunos em atividades na escola. Para tanto, cabe pontuar que foram feitas em dias e momentos distintos, conforme segue as descrições dos momentos de observação abaixo:

- Momento em sala de aula

3º ano M.P – Presenciei uma atividade de bingo numérico, no qual o aluno participava com a mesma cartela dos demais, porém sentado ao lado do professor, tinha como apoio uma cartela numérica de 0 a 100, o qual o professor sorteava o número do bingo, e apontava na cartela numérica qual era o número, para que depois o M marcasse em sua cartela.

Segundo o professor, neste tipo de atividade, com um pouco de apoio, o aluno participa como os demais, o mais difícil é quando se trata de outros conteúdos que exigem um pouco mais de conhecimento sobre leitura e escrita, ou conhecimento matemático, pois o aluno não é alfabetizado, e possui conhecimento muito restrito sobre matemática.

Pré Escola I E.R – Presenciei um dia de rotina na sala de educação infantil, as atividades propostas para o dia era o autorretrato, e, o uso do espaço do “Faz de

Conta” (brincar de casinha, brinquedos diversos, bonecas, ET). A professora dividiu a turma em dois grandes grupos, a aluna E. ficou para realizar a atividade de desenho no 2º grupo. Na brincadeira pude notar que os demais alunos tentam envolvê-la, ela fica no chão, e, para locomover-se se arrasta. Aparentemente, brincou normalmente com os demais alunos da sala. O segundo momento foi à realização do autorretrato, onde a professora solicitou que primeiro os alunos se observassem no espelho, na vez da aluna E, a professora a carregou até chegar a frente ao espelho, colocando-a de volta na cadeirinha em seguida. A atividade foi desenvolvida em sulfite colorida e com canetões coloridos, o que não necessitou adaptações para este momento, segundo a professora, em outras situações, se fosse canetinhas normais, ela necessitaria que fosse engrossado devido à dificuldade motora para segurar este tipo de material.

- Momento do recreio

3º ano M.P – Próximo ao sinal do recreio uma das funcionárias da escola veio até a sala buscar o aluno para fazer a higiene, levou-o ao banheiro, onde tirou para ele as vestimentas, sentando-o no vaso sanitário, pois de outra forma não consegue utilizá-lo. Após fazer a higiene das mãos, conduziu o M. até o refeitório, contando que desde novembro o aluno tem tirado sua refeição, sempre com um adulto ao seu lado. Após comer, ele é colocado no chão, para que possa brincar com os colegas no pátio. Arrasta-se, engatinha, tenta correr desta forma atrás das amigas, brinca com carrinhos, figurinhas, geralmente esta é a forma que brinca, segundo relatos dos orientadores de aluno da escola.

Pré Escola I E.R – Próximo ao sinal do recreio, a professora sai com a turminha para a higiene das mãos e lanche, leva a E. até o lavatório, onde higieniza as mãos e uma funcionária a conduz até o refeitório. Por se tratar de crianças ainda pequenas, a refeição é servida a eles, e, a aluna é colocada em uma cadeira com encosto, na mesa junto com as demais crianças. Após se alimentar, a funcionária oferece-lhe água, e faz a higiene do rosto, já que por sua dificuldade motora, está aprendendo a comer sozinha, tudo isto sempre com o olhar de um adulto por perto. A troca de fraldas é feita sempre após o recreio, por uma das orientadoras de aluno. Geralmente no pátio, neste momento, não sai da cadeira de rodas após se alimentar

- Momento em atividade no parquinho

3º ano M.P – No parque o aluno M é posto no chão (areia) e pode brincar livremente, tendo o olhar mais atento do professor quando quer fazer uso de brinquedos como o escorregador e o balanço, nestes momentos o professor se aproxima e o auxilia a subir, apenas atendendo para que não caia. Neste local o aluno mostra bastante independência para usar os brinquedos.

Pré Escola I E.R – Quando a turma faz uso do parque, a professora solicita ajuda de um funcionário por causa do número de crianças e da dependência apresentada pela aluna E. O funcionário a locomove de um brinquedo para o outro, carregando-a, presenciei momentos em que a aluna pede para brincar na areia, sendo esta colocada no chão, onde fica de joelho, apoiando-se com as mãos e brinca com a areia. Sua dependência é no sentido de usar os brinquedos, pois não consegue subir no escorregador, no gira-gira, na gangorra e no balanço sozinha, necessita também do cuidado pois às vezes não consegue sustentar seu corpo, então para evitar acidentes constantemente o adulto permanece próximo a ela.

- Momento na aula de Informática

3º ano M.P – Enquanto os demais alunos fazem a digitação de um textinho feito em grupos, o aluno M. faz a digitação de seu nome completo, tendo como apoio seu crachá se necessário. Notei que em momento algum o aluno consultou o crachá para fazer esta escrita. Demorou certo tempo para encontrar todas as letrinhas, mas conseguiu fazer o que foi proposto, após isto, o professor colocou em um site de vídeos, selecionando alguns vídeos infantis para o aluno ver e ouvir (Turma da Mônica, Músicas da Galinha Pintadinha).

Segundo o professor, o M. ainda não dá conta de fazer uma atividade como esta igual sua turma, mas pensa ser importante o aluno ter o contato com o computador, relata também que foi a maior festa na escola quando o M aprendeu a clicar (usando o mouse), e, agora já está aprendendo a manusear o teclado. Os vídeos foram colocados como fonte de diversão mesmo, após concluir o que o professor solicitou.

Pré Escola I E.R – Sua faixa etária ainda não participa desta atividade.

Aparentemente são crianças que demonstram felicidade ao estar na escola, nos vários momentos que estive presente, notei os alunos brincando, conversando com professores, funcionários e coleguinhas de classe, os professores tentam na medida do possível incluí-los nas atividades propostas, o problema entretanto persiste na falta de formação humana que as escolas apresentam para trabalhar com a inclusão.

Vale ressaltar que o que necessitamos é uma educação de qualidade e no bojo das reflexões até aqui desenvolvidas, parafraseando Glat (1988, p.11), existe a necessidade de mudanças no sistema educacional brasileiro para incluir alunos portadores de necessidades educacionais em escolas regulares, caso isto não ocorra, haverá prejuízo aos alunos, o que fará com que a proposta de inclusão fique no patamar da “boa vontade” e não passe de uma grande utopia.

4.4 - O aprender e o ensinar na escola inclusiva: um retrato real de suas condições.

A educação hoje deve acompanhar as mudanças que vem ocorrendo na sociedade, entretanto, enquanto o “mundo” evolui a cada segundo, nossas escolas ficaram paradas no tempo, e, muitos docentes utilizam em suas aulas apenas giz, voz e lousa, o que faz com que a escola torne-se um mundo ainda mais complexo para aqueles que têm necessidades educativas especiais.

Se hoje o mundo nos apresenta com novidades a todo instante, é imprescindível que a formação docente e a estrutura da escola acompanhem, ou no mínimo busquem acompanhar esta mesma perspectiva.

Neste sentido, os relatos dos professores colaboradores desta pesquisa, apenas corroboram para o entendimento de que a educação que está presente hoje nas redes públicas de ensino regular, não condiz com a Escola Inclusiva que necessitamos.

Quanto aos investimentos financeiros, o professor J.S, lamenta, mostrando até certo desânimo:

“No início do ano, o M. freqüentava a escola em carrinho de bebê, e, a escola teve que buscar parcerias para adquirir uma cadeira de rodas para o M.P., por ter boa sustentação do corpo, isto não o limitava de sentar-se a mesa como as demais crianças, no entanto, era necessário acompanhamento individual para que fizesse o que havia eu solicitava, sem alguém ao seu lado, dispersava-se e não fazia. Infelizmente a escola tem que arcar com os custos da inclusão sozinha muitas vezes, e, a realidade é que não tenho a formação pedagógica, a escola não tem a estrutura física, nem materiais apropriados para desenvolver um trabalho de qualidade com esta criança.”

Já a professora J., afirma:

“Não estamos preparados ainda para trabalhar com este tipo de inclusão, são casos sérios, com comprometimentos graves, tanto de saúde como pedagógicos, e a escola, não tem nem sequer o corpo de funcionários em número adequado para atender os alunos...”

Quanto a investimento, J. diz:

“Se houve algum investimento, eu não tive conhecimento, afinal, desde que iniciei o trabalho com a E., tenho bancado do meu bolso alguns materiais que penso ser necessários: lápis jumbo, canetões, engrossador, caderno com linhas mais grossas, etc)

Sobre este aspecto a mãe da E, Z.R conta:

“A E.R não tem uma cadeira que dá para fazer as “lições” e algumas vezes a professora J. me contou que a E. chegou a escorregar da cadeira porque a sala tem um número grande de alunos, e por serem pequenos precisam também da professora e ela é sozinha para cuidar de todos.”

Considerando o que fora relatado pelas mães e pelos docentes, grande parte das dificuldades e expectativas frustradas, centram-se na falta de investimento na escola pública para adequá-la para receber alunos de inclusão.

Outro ponto a ser destacado é que só existe aprendizagem onde há um ambiente favorável para que isto ocorra, e, não serão com escolas totalmente desestruturadas fisicamente, sem recursos materiais e com professores com

formação precária que conseguiremos a escola inclusiva que tanto falamos e almejamos. Escola esta que terá como principal objetivo acolher a diversidade, rompendo as barreiras das limitações físicas, transformando a educação em mais igualitária, oportunizando ao aluno a perspectiva de desenvolvimento para que tenha um futuro melhor.

Criar condições de acesso, permanência e sucesso na escola (sendo esta numa visão inclusiva ou não), é uma das obrigações do Estado, como já fora dito outrora nesta pesquisa, garantindo que a criança ingresse na escola, permaneça nela até concluir seus estudos, mas que tenha uma trajetória de sucesso, e não seja simplesmente integrada na instituição.

É de senso comum que a educação não se restringe apenas aos bancos escolares, nem as palavras dos “mestres”, neste caso, o cenário onde mais se acentua as diferenças chama-se sala de aula, já que o modelo educacional hoje utilizado, ainda insiste em nos dividir em “bons” ou “ruins”, “normais” ou “deficientes”, “comportados” ou “bagunceiros”, etc.

Nesta mesma linha de pensamento, cabe acrescentar que, a escola inclusiva que estamos construindo, será suporte para a sociedade inclusiva que almejamos, vendo este processo como pautado na relação de pessoas, valorizando as individualidades e potencialidades de cada ser.

A Declaração de Salamanca, UNESCO (1994), pontua que a educação deve ser prioridade, tanto para investimento financeiro, como para mudanças de legislações, e, adoção de mecanismos que democratizem as entidades de ensino, define ainda escola inclusiva:

“A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos.” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 11)

Para finalizar, enquanto nosso país, não começar a tratar a Educação com o respeito que lhe é necessário, infelizmente, continuaremos vivenciando um Sistema Educacional falido, e, que não atende as necessidades do alunado, como diz no

título do artigo de Silva e Araujo (2001), continuará sendo uma “roupa nova (Inclusão) em um corpo velho (Sistema de Ensino)”.

4.5 - Espaço escolar como ambiente favorecedor da qualidade do trabalho pedagógico.

Diante do que fora apresentado até o momento neste trabalho, seria interessante lembrar que um ambiente propício a aprendizagem não significa salas “emperquitadas”, abarrotadas de coisas que não apresentam função pedagógica, mas sim, aquela que se transforma em aliada da aprendizagem, sendo um instrumento para a construção de conhecimentos significativos para os alunos, ambiente este que estimule, aguçe a curiosidade, desperte o interesse e a vontade de aprender nas crianças.

Neste sentido, perguntei aos docentes participantes desta pesquisa, se consideravam que suas salas favoreciam a aprendizagem, responderam:

- Professor J.S.:

“Penso que sim, mas sei que poderia ser melhor para o M. se tivesse menos carteiras, afinal, em sala ele engatinha, usa a cadeira nas áreas externas apenas”

- Professora J.F.Q.:

“Acho que sim, fiz o possível para que propiciasse isto.”

Como as respostas foram superficiais, questionei sobre os elementos que possuíam nelas, que pensavam favorecer a aprendizagem dos alunos incluídos, as respostas foram:

- Professor J.S.:

“Na minha sala existem alguns materiais de uso específico com o M, por exemplo o alfabeto, os outros alunos já conhecem, mas trabalho quase que

diariamente com o M, também os números e quantidades até 9, que os demais também já dominam, entre outras coisas.”

- Professora J.F.Q.:

“Bom, por se tratar de educação infantil, muita coisa é aprendida através da vivência lúdica, e, a E, participa de todas as atividades propostas para os alunos, apenas aquelas que envolvem algum movimento como correr, que, fica mais difícil...”

Quanto a materiais, faço uso dos mesmos que utilizo com os demais, a única coisa é que quando se trata de lápis, pincéis, canetinhas, tenho que engrossar para que consiga pegar.”

Um espaço pedagógico que se configure como ambiente favorecedor da qualidade do trabalho pedagógico é aquele em que o professor consegue juntamente com os alunos superar as barreiras impostas pela estrutura física e a escassez de recursos materiais, garantindo espaço de desenvolvimento de criatividade, criticidade, raciocínio lógico, etc.

É de senso comum que a escola é a instituição formal de educação, também que não é única e restrita. Nesta, a pessoa do professor tem papel fundamental, exerce mediação na construção do conhecimento, é o responsável pela seleção de momentos, metodologias e atividades que irão propiciar a aquisição da aprendizagem, facilitando e intermediando todo o processo, orientando e estimulando os alunos a adquirirem autonomia.

Neste ambiente o professor deve valorizar os momentos de vivência e troca de experiência tanto professor x aluno, quanto aluno x aluno, como aponta Vygotsky em várias de suas obras, pois através da interação com o meio, acontecerá a aprendizagem, então sendo necessário que as salas de aula passem a valorizar mais os momentos de diálogos entre os alunos, quebrando um antigo paradigma de que a sala silenciosa é uma sala que aprende. Cabendo ao docente que ministra aulas com esta nova perspectiva, garantir momentos de troca experiências enriquecedoras e agradáveis a seus alunos, tornando a aprendizagem mais atraente para os alunos.

Um trabalho pedagógico de qualidade, tanto em ensino regular, como com alunos de inclusão, dependerá da criação de um ambiente favorecedor, onde haja condições favoráveis a aprendizagem.

A este respeito, perguntei aos docentes o que pensavam sobre o espaço físico da escola onde atuam, e, estes responderam:

- Professor J.S.:

“Não é ainda ideal, mas algumas melhoria já foram realizadas, hoje temos um banheiro adaptado a cadeirantes, tanto na ala feminina quanto na masculina, algumas salas foram feitas rampas nas portas. Mas sei que ainda falta rampas de acesso a quadra, a biblioteca e sala de informática, um ponto positivo, é que nossa escola é térrea, não possui escadas, isto facilita o transito destes alunos no pátio, banheiros e refeitórios.”

- Professora J.F.Q.:

“Em minha sala tem rampa, onde antes era um degrau, os banheiros foram adaptados para cadeirantes, acho que aos poucos estamos deixando mais acessível o espaço escolar para estes alunos, mas sei que ainda não está bom!”

Pautando neste tipo de reflexão sobre o ambiente escolar, em linhas gerais, pensar na escola como ambiente que favorece a qualidade pedagógica é apontar mudanças a serem aplicadas, tais como: capacitar professores para o trabalho com a diversidade e com alunos de necessidades especiais, diminuição do número de alunos por classe, estudo das individualidades dos alunos de inclusão para serem realizadas adaptações curriculares e na prática do professor, bem como adaptações na estrutura física para melhor atender os educandos com necessidades especiais como rampas, calçadas adequadas, mobiliários e banheiros adaptados, etc.

Sem que as condições mínimas sejam garantidas para que aconteça a inclusão, esta deixará marcas profundas no aluno, passando a ser doloroso, difícil e que causa contrariedade, trazendo sofrimento a criança, ao invés de dar prazer, e frustração ao professor, ao invés de realização profissional.

A este respeito, o professor J.S. acredita que:

“Infelizmente a inclusão só é perfeita no papel, quando passa a prática, perde-se e muito a qualidade, e, o que acaba acontecendo é a exclusão do

aluno com necessidade especial do processo educacional pela falta de estrutura para desenvolver um bom trabalho.”

Pensar a inclusão apenas como legislações, normatizações, obrigações a serem cumpridas, a torna fria, mecânica. Cabe neste momento, apontar que nossa função como docente é transformar a escola que temos, em ambiente favorecedor do desenvolvimento humano, buscando garantir desta forma, que a aprendizagem, a socialização do saber pedagógico aconteça de forma igualitária, respeitando sim aquilo que é direito garantido em legislação, mas acima de tudo, respeitando o aspecto humano que está por traz de uma matricula escolar.

Ressalto ainda que para os alunos que apresentam necessidades educativas especiais, aliado ao trabalho realizado em sala regular, há a garantia de Atendimento Educacional Especializado, coerente com suas especificidades, oferecido em contra turno e gratuito, por equipe devidamente especializada para prestar este tipo de atendimento terapêutico.

Por saber que a Educação Especial é uma modalidade que permeia todas as demais, é que mais uma vez, afirmo que o que necessitamos na atualidade é uma Escola Inclusiva, onde todos sejam aceitos e tenham sua individualidade respeitada, como rege a Constituição Federal de nosso país.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Toda a inclusão depende, primordialmente, do olhar de cada um”
Rosicler Netto*

“... A inclusão escolar começa na alma do professor, contagia seus sonhos e amplia seus ideais...”

Eugênio Cunha

A presente pesquisa possibilitou investigar como ocorre a inclusão de alunos com de deficiência múltipla no ensino regular, evidenciando as dificuldades, anseios, receios, e, desejos de pais, alunos e profissionais que prestam atendimento a este tipo de alunado.

Em linhas gerais, os diálogos com pais e professores possibilitaram a reflexão acerca do assunto em questão, que nos levam a pautar a necessidade da melhoria na qualidade de serviços prestados aos alunos que possuem necessidades educacionais especiais.

Os professores participantes desta pesquisa mostraram sede de formação, mostravam vontade em participar de cursos que os capacitassem a trabalhar com os que apresentam necessidades educacionais especiais, mas ficou gritante também que não há oferta por parte do poder público de cursos de capacitação para este tipo de atividade.

É preciso, por outro lado, entender que as instituições públicas de ensino regular, passaram no decorrer do tempo, por transformações humanas, mas que as transformações estruturais não acompanharam o mesmo ritmo, o que faz com que as escolas não estejam estruturadas para receber e trabalhar pedagogicamente com a diversidade.

Como já assinalado em outro momento, infelizmente a inclusão no Brasil, apesar de respaldada legalmente, ainda mostra-se num cenário que urge mudanças na estrutura do Sistema de Ensino, para que cheguemos ao patamar de educação de qualidade para todos.

Urge então, o entendimento de todos os envolvidos no processo de inclusão, que estar em escola regular é um direito da criança deficiente, não um favor da escola pública, que é dever do Estado/Municípios arcar com as despesas de adaptação do ambiente, recursos materiais e formação docente para melhor atender esta clientela, afinal, educação de qualidade é direito de todos!

A inclusão só será benefício para a criança a partir do momento em que seja feita com responsabilidade, competência e preparo profissional, amor, perseverança e respeito.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Constituição da República**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Brasília, UNESCO 1990.
- BRASIL, MEC, CFE, “**Plano Nacional de Educação**”, 1993.
- BRASIL, MEC, **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília, 1993.
- BRASIL/PR. **Lei 9394 de 20 /12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.
- BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/d3298.htm>, acesso em 25/02/2011.
- NAÇÕES UNIDAS. **Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2006**. Disponível em http://uab.unb.br/moodle/file.php/543/semana_6/texto/Convencao%20dos%20Direitos%20das%20Pessoas%20%20com%20Deficiencia%20e%20de%20seu%20Protocolo%20Facultativo.pdf, acesso em 12/03/2011
- GLAT, R. **Integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**, 1998, p.11 –<http://pt.scribd.com/doc/20378146/Breve-Historico-da-Deficiencia>
- GONZÁLEZ-REY, Fernando. **O Compromisso Ontológico na Pesquisa Qualitativa**. In: *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thompson, 2005
- KASSAR, M. C. M. **Deficiência Múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história...** http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=ZAiSJ3ucKc4C&oi=fnd&pg=PA17&dq=defici%C3%Aancia+m%C3%BAltipla&ots=lil1-6hfgE&sig=gOPf9kFvIvX_otpy6-KxvMx4eEA#v=onepage&q&f=false (1999)
- MACIEL, D.A; BARBATO, S. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010.
- MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Adaptações Curriculares) - MEC 1998** - fornece as estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, disponível em www.mec.gov.br/seesp/adap.shtm, acesso em 07/03/2011.

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (1ª a 4ª série). Brasília: MEC: SEF, 1999.

MEC. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva** disponível em http://uab.unb.br/moodle/file.php/543/semana_6/texto/politicaeducespecial_2008.pdf, acesso em 27/02/2011.

MEC. **Parecer CNE/CEB nº 13/2009** disponível em http://uab.unb.br/moodle/file.php/543/semana_6/texto/Parecer%20n%2013%20CNE%20Homologad-23-09-2009o.pdf, acesso em 26/02/2011.

MEC. **Resolução CNE/CEB nº 2/2001** disponível em http://uab.unb.br/moodle/file.php/543/semana_6/texto/CEB0201.pdf, acesso em 26/02/2011.

PATTO, M. H. S. **A Criança da escola pública: Deficiente, diferente ou mal trabalhada?** Projeto IPÊ. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, São Paulo, 1985.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

SILVA, R. F.; ARAUJO, P. F. **Inclusão escolar - roupa nova em corpo velho.**

Integração. Brasília: MEC/SEESP, ano 13, n. 23, p. 43-48, 2001.

SILVEIRA, F. F.; NEVES, M. M. B. **Inclusão escolar de criança com deficiência múltipla: concepção de pais e professores**, 2006 http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt acesso em 15/03/2011.

UNESCO. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA.** Adotada pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. UNESCO, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar.** In: LURIA, A.; VYGOTSKY, L. S.; LEONTIEV, A. N.. Psicologia e pedagogia I: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. Lisboa: Estampa. 1977, p. 31-50.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. S. Paulo: M. Fontes, 1989.

VYGOTSKY, L. S. **Estudo do desenvolvimento dos conceitos científicos na infância**. In: L. S. Vygotski. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes. 2000, p. 241-394.